

**“SAFRAS MÁXIMAS, LUCROS MÁXIMOS, PADRÃO DE VIDA MÁXIMO”:  
a criação de uma escola rural na Fazenda Simões Lopes  
(Paraíba, 1938-1943)**

LUIZ MÁRIO DANTAS BURITY\*

## 1. Introdução

Este trabalho é resultante das discussões que vêm sendo realizadas a partir do desenvolvimento da pesquisa intitulada: *Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais, espaços para a difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)*, parcialmente financiada pelo CNPq.

A referida pesquisa vem utilizando como principalmente fonte documental as notícias publicadas no *Jornal A União*, disponibilizado para consulta no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, vinculado a Fundação Espaço Cultural – FUNESC, nos anos referentes ao recorte temporal acima mencionado. A delimitação do nosso objeto de pesquisa, ou seja, a educação no meio rural (escola rural) é um desdobramento e aprofundamentos dos primeiros estudos elaborados e publicados por Pinheiro (2002; 2006). Esses dois primeiros estudos inauguraram um tema de pesquisa que até então não havia sido desenvolvido no âmbito da historiografia, ou melhor, no campo da história da educação paraibana.

Nesse sentido, tomando como referência a discussão proposta por Pinheiro (2006), duas interpretações são possíveis de serem dadas para o termo “Educação Rural”, considerando o período do Estado Novo, na Paraíba. A primeira consiste nos aspectos relacionados à proposta pedagógica que deveria ser desenvolvida no meio rural, e a segunda, corresponde a uma possível existência de um modelo escolar que visava uma educação primária específica destinada ao homem do campo. Todavia, os seus primeiros questionamentos foram inspirados no estudo realizado pelo professor Sizenando Costa<sup>1</sup> e que foram publicados tanto na *Revista do Ensino*, de 1935 quanto no seu livro intitulado: *A Escola Rural*, de 1941. Nesse último estudo, particularmente, Sizenando Costa propõe a criação de escolas rurais primárias, além de

---

\*Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

<sup>1</sup>Intelectual que teve ampla participação política nas décadas de 1930 e 1940 na Paraíba, desempenhando diferentes funções na administração pública. Foi o intelectual que ganhou maior destaque nas discussões em torno da educação rural e que se encontra boa parte publicada nas edições do *Jornal A União*.

uma Escola Rural Modelo que consistiria em proporcionar o desenvolvimento de noções de agricultura, em uma escola com características de ensino multisseriado<sup>2</sup>, e que deveria também dispor, anexo em sua estrutura física, a casa do professor.

Pinheiro (2002) ao analisar as mensagens presidenciais publicadas na década de 1930, destacou que o interventor Argemiro de Figueiredo havia se empolgado bastante com a proposta pedagógica do professor Sizenando Costa e prometeu, ainda em 1935, que nos próximos anos seria inaugurada a primeira Escola Rural em Barreiras, no município de Santa Rita. No entanto, não foram encontrados registros da criação dessa instituição, especialmente consultando inúmeras edições do Jornal A União. É interessante também ressaltar que nenhuma notícia foi vinculada no referido periódico sobre a criação de qualquer outra escola rural até 1938, quando foi publicado, no mês de maio, um decreto criando “a Escola Rural Modelo”<sup>3</sup> na Capital do Estado (A UNIÃO, 13 mai. 1938, p. 4). Entretanto, de acordo com algumas informações colhidas no referido periódico, nos anos de 1938 a 1941, é provável que a referida escola tenha funcionado em um prédio cedido pela Igreja Santa Júlia, localizada no bairro da Torrelândia, que na primeira parte do século XX era zona rural de João Pessoa, sob a denominação “Escola Rural nº 1” ou apenas “Escola nº 1”.

Ainda em 1938, uma notícia informa que “a próxima instalação da escola rural modelo” (A UNIÃO, 7 out. 1938, p. 225) seria localizado na Fazenda Simões Lopes<sup>4</sup>, numa propriedade recentemente doada pelo Governo Federal. Em 1941, porém, outras notícias apontam para a criação futura de uma escola rural nessa mesma Fazenda, afirmando que havia ocorrido um atraso no processo de transferência de uma parte da referida Fazenda, que era de propriedade do Governo Federal para o Governo da Paraíba<sup>5</sup>. Em ocasião da publicação dessa

---

<sup>2</sup>O ensino multisseriado consiste no processo de escolarização de alunos em diferentes níveis de desenvolvimento escolar pelo mesmo professor e na mesma sala. Consiste num método já utilizado no século XIX nas cadeiras isoladas, a partir da proposta de Joseph Lancaster, no qual o “ensino era confiado a um ‘monitor’, rapaz já instruído e mais hábil, que coordenava o trabalho de aprendizagem por setores, dentro de um único salão com até 100 mesas e com gráficos e cartazes na parede.” (CAMBI, 1999 *apud* PINHEIRO, 2002, p. 84).

<sup>3</sup>Interessante observar o uso do termo “a Escola Rural Modelo” e não “uma Escola Rural Modelo”, conforme documento consultado.

<sup>4</sup>De acordo Pinheiro (2002, p. 284) a Fazenda Simões Lopes se localizava no Alto Santa Rosa.

<sup>5</sup>Jornal A União, 19 set. 1941, p.3.

notícia, os professores Sizenando Costa e Álvaro de Carvalho<sup>6</sup> enviaram felicitações ao interventor Ruy Carneiro pela criação de tal instituição.

Numa palestra realizada, em 1943, no Cassino da Lagoa, porém, Sizenando Costa leu um trabalho de sua autoria sobre “Escola Rural Modelo”, em que, depois de fazer uma criteriosa apreciação sobre os métodos pedagógicos que deveriam ser adotados pelo ensino rural, sugeriu a criação de uma Escola desse tipo na referida Fazenda Simões Lopes. (A UNIÃO, 3 out. 1943, p. 3). Assim sendo, o referido estudioso denunciou que essa a referida instituição não havia sido inaugurada até 1943. Essa questão foi possível confrontarmos ao verificar que não foi notícia pela imprensa oficial a sua inauguração. No mesmo ano de 1943, encontramos uma notícia que afirmou: “teremos então a Escola Rural Modelo, a ser instalada nos terrenos da Fazenda Simões Lopes.” (A UNIÃO, 20 fev. 1943, p. 5). Portanto, após cinco anos movidos pelas constantes propostas de sua criação, é que a Escola Rural Agrícola, localizada no Horto Simões Lopes teve sua obra iniciada.<sup>7</sup>

## 2. O Horto Simões Lopes na economia e sociedade na Paraíba

Durante a administração de Ruy Carneiro, iniciada em agosto de 1940, as dependências da diretoria de fomento e produção do estado receberam constantes investimentos, devido, em grande parte, à sua proposta econômica, que consistia em modernizar as técnicas agrícolas utilizadas pelos produtores rurais do Estado, oferecendo-lhes mudas e sementes de melhor

---

<sup>6</sup>Cf. Jornal A União, 6 jul. 1941, p. 5; Jornal A União, 11 jul. 1941, p. 1. Na segunda notícia, o professor Álvaro de Carvalho aparece como “Dr. Álvaro de Carvalho” e foi referenciado como “ilustre catedrático do Liceu Paraibano”.

<sup>7</sup>A ausência de informações mais precisas acerca da criação dessa instituição, no *Jornal A União*, exigiu que outros tipos de documentos fossem acessados como foi o caso das mensagens que o interventor Ruy Carneiro enviou ao presidente Getúlio Vargas informando os resultados de sua administração nos anos de 1941, 1942 e 1943, e que contem um tipo de narrativa e destinava-se a um público leitor diferente do jornal, embora ambos sejam fontes oficiais. No que se refere à educação, por exemplo, os jornais sempre destacam os pensamentos dos intelectuais e autoridades acerca dos temas que possuem maior destaque no momento, além das propostas de criação desses institutos e depois apenas apresenta o seu resultado final, caso ele haja, com notícias, por exemplo, de inauguração de escolas. As mensagens apresentavam relatos de como se encontrava a administração do Estado da Paraíba, tendo como público não a população em geral, mas o presidente e as demais autoridades das quais dependiam a liberação de recursos para a construção dessas obras, de forma que apresentavam, não raras vezes, os estágios em que se encontravam as obras públicas em geral e, particularmente, das instituições escolares.

qualidade para o cultivo na Paraíba, assim como reprodutores de diversas espécies de animais domesticados ou os seus sêmens por preços acessíveis.

Nesse sentido, o Estado Novo acentuava uma proposta administrativa que Getúlio Vargas havia iniciado na década de 1930, e que Hobsbawm (1998) analisa como um movimento comum aos governos ocidentais após a crise de 1929. Assim, além de proteger a agricultura das tarifas estrangeiras, o estado brasileiro começou também a subsidiá-la. No caso específico da Paraíba essa imersão do interventor nas questões econômicas que envolviam a agricultura foi tão forte que chegou ao ponto de definir o que e como os produtores rurais deveriam produzir. Ao mesmo tempo o governo passou a se empenhar no desenvolvimento de campanhas, não só para que os agricultores tivessem mais informações sobre créditos ou conhecimentos técnicos de produção, mas, sobretudo no sentido de promover melhorias tanto na economia do estado como também na qualidade de vida dos agricultores.

Sobre essa questão Burity e Pinheiro (2013) realizaram uma discussão acerca da “Batalha da Produção”, que foi uma campanha amplamente divulgada pelo *Jornal A União*, no ano de 1943, associando as melhorias da produção paraibana no contexto das necessidades promovidas pela Segunda Grande Guerra, tendo como principalmente condutora a Escola de Agronomia do Nordeste, que desde a sua criação, em 1936, já desempenhava funções de ensino e pesquisa buscando aplicar as mais modernas técnicas agrícolas às condições geográficas da Paraíba, ou seja, nos anos finais da administração de Argemiro de Figueiredo<sup>8</sup>, a referida Escola manteve vínculos com a Granja São Rafael e com o Horto Simões Lopes:

*MUDAS DE ÁRVORES FRUTÍFERAS A PREÇOS BARATÍSSIMOS HÁ A DISPOSIÇÃO DOS AGRICULTORES NA FAZENDA SIMÕES LOPES, DA DIRETORIA DE PRODUÇÃO, E NA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE, EM AREIA. (A UNIÃO, 12 mar. 1939, p.7 – caixa alta presente no jornal)*

Na década de 1940 a Fazenda Simões Lopes passou a ser denominada de Horto Simões Lopes, embora a primeira nomenclatura tenha permanecido em uso, todavia a mudança do nome aponta para uma predominância da horticultura frente às demais produções. Afinal, embora não tenhamos encontrado fontes sobre a forma como essa fazenda foi criada, é

---

<sup>8</sup>Antecessor de Ruy Carneiro, governou a Paraíba entre 1934 e 1940.

provável que tenha sido uma propriedade que se destinou em atender as necessidades que a população paraibana, com destaque para a população da cidade de João Pessoa, tinha para incluir as hortaliças em sua alimentação. A produção desse gênero alimentício, inclusive, foi tema de discussão das autoridades paraibanas, no final da administração Argemiro de Figueiredo, acerca de como o governo paraibano abrigaria cinco famílias de imigrantes japonesas na Fazenda São Rafael, visto que tinham o manejo necessário para a produção de hortaliças, o que era uma “oportunidade de oferecer à sua população uma melhoria nos hábitos alimentares.” (KYOTOKU, 2009).

Em 1941, portanto, o Horto Simões Lopes possuía três sessões de produção, o primeiro de silvicultura<sup>9</sup>, o segundo de horticultura e um terceiro de fruticultura, além de um Campo de Multiplicação “Mandacarú”, que funcionou, em anexo e que correspondia a um pequeno espaço de multiplicação das sementes de diversos tipos de mamona, fumo, amendoim e mandioca. Dessa forma, enquanto a Fazenda Simões Lopes desenvolvia preferencialmente técnicas agrícolas, o foco da produção da Fazenda São Rafael eram a avicultura, suinocultura, bovinocultura e apicultura, embora também tenha cavalos de raça e se dedicasse, mais detidamente, à produção de gêneros agrícolas.<sup>10</sup>

Em 1942, no entanto, o Horto Simões Lopes recebeu significativas melhorias, produzindo as primeiras linhagens de abacaxi, estabelecendo um extenso viveiro de agave, continuando a campanha de fomento de fibras têxteis, visando a instalação de uma indústria de cordoalha<sup>11</sup> para a manutenção da exportação, ampliando a produção de urucú, mandioca, mamona, coqueiro anão, entre outras culturas, com destaque para as frutas e hortaliças que “na Paraíba, em geral, não corresponde ainda às exigências dos mercados locais. Faz-se necessário, por isso, intensificar o mais possível à formação de pomares e hortas em todas as zonas do Estado onde as condições agro-climáticas se apresentam adequadamente.” (PARAÍBA, 1943, p.225)<sup>12</sup>.

<sup>9</sup>Silvicultura: ciência que estuda as matas.

<sup>10</sup>Informações colhidas no relato da administração paraibana de 1941 (PARAÍBA, 1942).

<sup>11</sup>Conjunto de cordas de diversas espécies.

<sup>12</sup>Embora na referência apareça o ano de 1943, essas informações constam no livro “As atividades do Governo da Paraíba em 1942”, que foi publicado no ano seguinte, o mesmo ocorre com os livros de 1941, que foi publicado em 1942, e de 1943, que só foi publicado em 1944.

O documento consultado afirma ainda que o Horto produzia quatro espécies de frutas reconhecidas no Estado por serem as mais convenientes às condições climáticas na Paraíba:

*Abacateiros Antilhanos e Guatemalenses;  
Mangueiras Rosari, Barreto, Rosa, Espada, Primavera, Carlota, Jasmim;  
Gravioleiras, Apieiros, Pinheiras, Jaboticabeiras, Jaqueiras, Cupuassu,  
Kakizeiro, Abricó, Condessa, Sapotizeiros, Sapotizeiras, Mamoeiros,  
Tamareitas. Cajueiros precoces e Figueiras de Mel;  
Laranjeiras, Baía, Seleta, Pêra, Lima, Cipó e Tajarineiras, Limeiras da  
Pêrsia. (PARAÍBA, 1943, p. 226).*

Foi constante, portanto, a preocupação de produzir na Paraíba aquilo que era mais adequado às suas condições climáticas na finalidade de otimizar a sua produção. Fato que também pode ser percebido com a re-elaboração da listagem daquilo que era realmente produto do solo paraibano, ou seja, daqueles produtos que realmente sobreviviam sem altos custos de produção além de responder às necessidades dos habitantes moradores das regiões paraibanas. Houve, portanto, um movimento no sentido de ampliar as identidades do povo paraibano com o seu contato com a terra, visando uma maior integração das diversas regiões do estado a fim de melhorar as suas condições econômicas e a qualidade de vida. Foi também o tempo de reafirmar a posição da cidade de João Pessoa como a capital do Estado, que também em virtude da qualidade do seu solo, bem como das favoráveis condições climáticas fornecia um significativo número de produtos hortifrutigrangeiros que abastecia parte do agricultores do interior paraibano. As fazendas localizadas no território pessoense detinham além das condições climáticas favoráveis um maior acesso aos insumos que conseqüentemente ampliavam a sua produtividade. Um exemplo disso foram às melhorias infra-estruturais realizadas, tais como a construção de estufas de mudas, conforme podemos observar na foto abaixo:



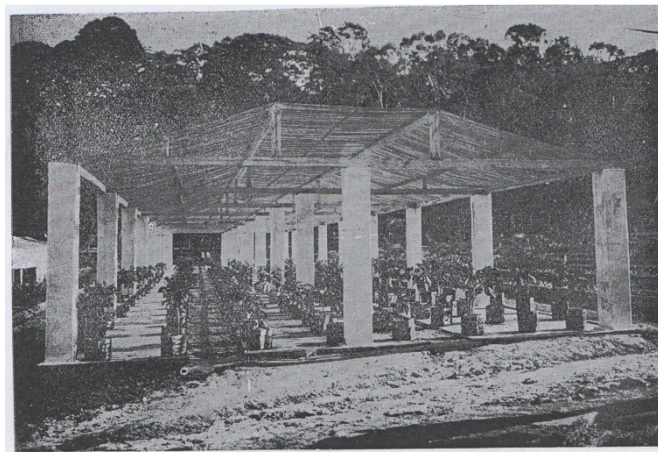


Imagem 1:Horto Simões Lopes – Ripado recentemente construído.  
Fonte:Paraíba (1943, p. 225)

A partir da imagem podemos observar que há cinco mudas por fila entre cada dois pilares, havendo quatro filas de mudas, de forma que há cerca de 20 mudas em cada quadrante de pilares. Assim, visto que há 10 pilares em cada fila, e, conseqüentemente 3 filas de pilares, há um total de 18 quadrados, ou seja, uma média de 360 mudas, o que corresponde a um número pequeno de mudas que ficavam sob essa proteção do sol, na referida fazenda. Essa contagem rápida nos faz concluir que havia outras estufas localizadas em outras fazendas. Entretanto, como não eram muitas no entorno da cidade de João Pessoa, podemos concluir que apesar do investimento eles foram muito diminutos.

Todavia, logo após os primeiros anos da década 1930, conforme nos indica boa parte da produção historiográfica paraibana, as cidades do interior diminuíram a sua dependência com o porto de Recife, passando agora a incluir a cidade de João Pessoa e o seu porto de Cabedelo como rota obrigatória para o escoamento da produção, especialmente tendo como importante entreposto comercial a cidade de Itabaiana. Nesse sentido, embalado nesse processo de mudança do escoamento dos produtos comerciais paraibanos, em 1943, foram apresentados alguns dos destinos que a produção da Fazenda Simões Lopes teve em relação à sociedade paraibana, ou seja, das 24.328 mudas das plantas frutíferas produzidas, 15.227 haviam sido vendidas, 442 distribuídas gratuitamente, 1.161 foram fornecidas para a Fazenda Mangabeira, 150 foram plantadas na própria Fazenda Simões Lopes e 7.348 ainda estavam no horto. Essa produção ainda foi menor do que a produção de mudas de árvores florestais, que

corresponderam quase ao dobro desses números, além de mais de 7 mil mudas de hortaliças e 2 mil de plantas ornamentais<sup>13</sup>.

Embora não haja fontes disponíveis para saber ao certo quantas mudas cada proprietário comprou e, portanto, que tipo de circulação essa produção teve entre os agricultores paraibanos, é possível considerar que ela foi significativa, já que a vendagem foi de 15.227 mudas e a necessidade da produção da Fazenda Simões Lopes foi apenas de 150 mudas.

No caso das hortaliças a distribuição de mudas e sementes era gratuita, o que provavelmente se deu pelo desinteresse dos grandes proprietários em produzi-las, já que seu consumo se voltava apenas para o cultivo interno e não era bem adaptável ao solo paraibano do interior. Na verdade esse tipo de produção agrícola era incentivada aos pequenos agricultores.

### 3. A criação de uma Escola Rural na Fazenda Simões Lopes

Em 1938, um artigo do *Jornal A União* (7 out. 1938, p.1) informava que a próxima Escola Rural Modelo da Paraíba se localizaria na Fazenda Simões Lopes, integrando “o sistema educativo do Estado conforme a reforma levada a efeito em 1935”, mostrando que naquele ano uma nova orientação de ensino esteve em curso, se tornando, inclusive, um dos principais objetivos do Estado Novo, na intenção de disseminar entre as crianças o processo racional da cultura vinculada ao meio rural.

A notícia informa ainda que a Fazenda Simões Lopes havia sido, recentemente, cedida ao Estado pelo Governo Federal, e que a Sub-Inspetoria Agrícola, que estava em funcionamento naquela Fazenda seria, em breve transferida para um prédio na rua Gama e Melo, que era propriedade da Sociedade de Agricultura. No entanto, em 1940, Ruy Carneiro afirmou: “na antiga ‘Fazenda Simões Lopes’, ficará instalado o Instituto Profissional Agrícola, cuja fundação acaba de ser decidida pelo Ministério de Agricultura, que aceitou a sugestão feita pelo interventor Ruy Carneiro neste sentido.” (A UNIÃO, 21 abr. 1940, p.1).

No ano seguinte, porém,

---

<sup>13</sup>Informações colhidas do livro “Serviços e Realizações em 1943” (PARAÍBA, 1944, p. 252).



*o Interventor Ruy Carneiro pleiteou junto ao Governo Federal, por ocasião da sua primeira viagem ao Rio de Janeiro, a criação de um instituto de ensino rural, na Fazenda “Simões Lopes”, não tendo, entretanto, conseguido o apoio dos técnicos do Ministério de Agricultura, que foram ouvidos a respeito da idéia. (A UNIÃO, 5 jul. 1941, p.1).*

Afirmavam os técnicos, portanto, que o funcionamento dessa Escola Rural não seria necessário, visto que o Estado da Paraíba já contava com o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, localizado na cidade de Bananeiras. No entanto, em pese todo o jogo político, a proposta de criação de uma escola rural na Fazenda Simões Lopes foi defendida uma vez que a mesma se localizaria em um espaço próximo da cidade e “pelas suas plantações e instalações, pelas ampliações que fôram ali ultimamente trazidas pela Secretaria Agrícola.” (A UNIÃO, 5 jul. 1941, p.1), sendo bastante apropriada para a implementação do ensino profissional agrícola, ideia que foi exposta, então, ao Presidente da República, o que levou ao deferimento imediato para sua criação.

Diante disso, então, seria possível finalmente construir essa Escola Rural, a fim de “preparar a juventude paraibana para se tornar elemento útil á coletividade” (A UNIÃO, 5 jul. 1941, p.1), e criar, também, ali uma escola de professores “não só de primeiras letras, mas também dos conhecimentos de produção da terra, ensinando a valorização dos frutos do trabalho agrícola.” (A UNIÃO, 5 jul. 1941, p.1). Diante dessa perspectiva o interventor Ruy Carneiro recebeu, de imediato, as congratulações do professor Sizenando Costa<sup>14</sup>, principal articulador da educação rural na Paraíba, assim como do doutor<sup>15</sup> Álvaro de Carvalho, professor catedrático do Liceu Paraibano.

Vale ressaltar que a partir de 1941 o tema da Educação Rural ganhou destaque nos discursos do *Jornal A União*, e conseqüentemente entre os intelectuais paraibanos, o que levou, inclusive, o interventor Ruy Carneiro, a decretar a criação de 40 escolas rurais e rudimentares noturnas em todo o Estado da Paraíba após as comemorações do Dia da Juventude, que de acordo com Burity e Pinheiro (2012) se tornou um importante espaço para a afirmação política de Ruy Carneiro e do “sentido ruralista” de sua administração.

Numa notícia posterior foi destacado o esforço empreendido pelo interventor Ruy Carneiro para que a Fazenda Simões Lopes se tornasse propriedade do Estado explicando as

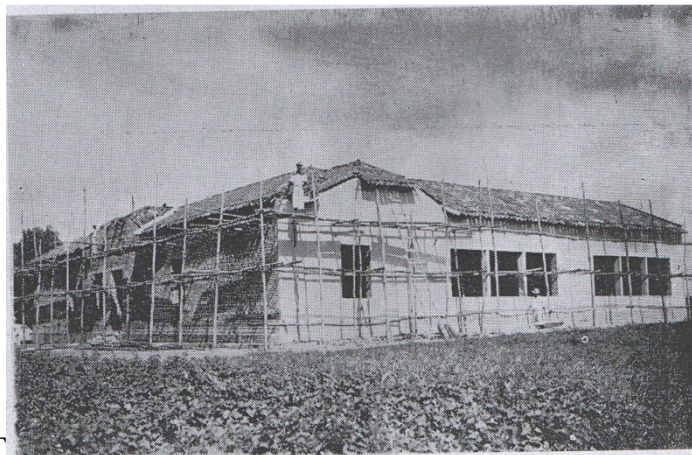
<sup>14</sup> Jornal A União, 6 jul. 1941, p. 5.

<sup>15</sup> Termo presente no documento (A UNIÃO, 11 jul. 1941, p.5)

suas intenções de nela criar uma instituição de ensino rural, que por algum tempo havia sido retardada já que esse território ainda não pertencia ao Governo da Paraíba. Até que, em 16 de outubro de 1941, foi publicado o decreto que “transfere gratuitamente do Estado da Paraíba uma área imóvel da União denominado “Fazenda Simões Lopes”, situado na cidade de João pessoa, capital do mesmo Estado”, o que correspondia a uma área de 631.678,62 m<sup>2</sup> já construída e tendo sido beneficiada com obras de infra-estrutura, animais e produtos agrícolas inclusos. (A UNIÃO, 28 out. 1941, p. 8).

Cittadino e Silva (2008) analisam que com a nomeação de Ruy Carneiro ao cargo de Interventor Federal da Paraíba serviu para desarticular as oligarquias que davam respaldo político a Argemiro de Figueiredo, tentando alcançar uma maior neutralidade entre as elites políticas do Estado, de forma que a própria imagem desse interventor seria um critério fundamental para a concessão de benefícios oriundos do governo federal, principalmente em relação a Getúlio Vargas, instância à qual Ruy Carneiro recorre depois de ter a doação desse território negada pelo Ministério da Agricultura, conforme indicamos anteriormente.

Nesse sentido, a posse de Ruy Carneiro alterou significativamente a configuração política da administração pública paraibana, e conforme as referidas autoras ao retirar os prefeitos que estavam no poder durante a administração de Argemiro de Figueiredo de seus cargos e substituir por uma maioria de agrônomos, sua administração mostrava-se favorável a uma oligarquia “ruralista”, de forma que todos os investimentos destinados a Fazenda Simões Lopes, foram resultantes das articulações que fizera com as oligarquias rurais. Dessa forma, após muitas negociações, apenas em 1943 a construção da Escola Rural da Fazenda Simões Lopes foi iniciada, já que outros investimentos haviam sido priorizados até então. Na imagem abaixo podemos observar uma etapas da construção do Instituto Rural Modelo.



T  
Imagem 2: Pavilhão Central do Instituto Rural Modêlo, em construção na Fazenda Simões Lopes.  
Fonte: Paraíba (1944, p.213).

Vale registrar que no mesmo ano ocorreu uma reunião do Rotary Clube<sup>16</sup> no Cassino da Lagoa<sup>17</sup>, Sizenando Costa proferiu uma palestra sobre a Escola Rural e sugeriu a criação de uma instituição desse gênero na Fazenda Simões Lopes (A UNIÃO, 3 out. 1943, p. 3), o que apresenta uma possível insatisfação desse intelectual, desde 1935 engajado na causa da criação de Escolas Rurais na Paraíba, com a demora na efetivação da construção desse instituto que há cinco anos era prometida à sociedade paraibana, o que apresenta também uma possível pressão externa para a construção dessa Escola Rural.

A fotografia acima foi publicada em 1944, e a partir dela podemos observar o adiantado da obra, uma vez que já estava sendo telhada. Sua estrutura, também, apresenta dimensões significativas se comparado ao modelo tradicional presente nas propostas de construção das escolas rurais. Tais características físicas até certo modo demonstram empenho das autoridades paraibanas na construção desse Instituto. A imagem corresponde ao prédio principal, que “constará de quatro salas de aula, cada uma com 48 m<sup>2</sup>, uma sala para o museu industrial; uma sala para a administração; gabinete médico e dentário, biblioteca, quatro gabinetes sanitários” (PARAÍBA, 1944, p.213).

<sup>16</sup>Grupo da alta sociedade de João Pessoa.

<sup>17</sup>Restaurante de João Pessoa.

Nota-se, assim que a proposta era modernizar a produção agrícola paraibana, aproveitando ao máximo o que o solo desse estado poderia oferecer: “Safras máximas, lucros máximos, padrão de vida máximo” (GOMES *apud* A UNIÃO, 2 jul. 1940, p.3)<sup>18</sup>.

#### 4. Considerações Finais

A Fazenda Simões Lopes, assim como as demais dependências da Diretoria de Fomento de Produção, e a conseqüente criação de Escolas Rurais na Paraíba representaram a emergência de um discurso científico que se propôs a modificar a forma como os produtores rurais paraibanos se comportavam diante de sua produção a fim de melhorar os seus resultados, portanto o *slogan*: “safras máximas, lucros máximos, padrão de vida máximo”, sintetizava o desejo e o empenho que alguns intelectuais e produtores rurais e gestores públicos destinaram à problemática do mundo rural.

Inovações e modernizações implantadas nas relações de produção no meio rural paraibano, parecem ter causado grandes impactos sociais e econômicos, uma vez que a Paraíba manteve por quase quatrocentos anos, as mesmas relações com o trato com a terra. Nesse sentido, parece-nos ter sentido quando Hobsbawm (1998) nos lembra que as inovações se fundamentam em aspectos da tradição, a princípio para contradizê-la e posteriormente para resignificá-la, propondo, a partir de então, um novo sentido para o passado.

Dessa forma o discurso apresentado pelos intelectuais e autoridades que deram respaldo político para Ruy Carneiro nas campanhas de desenvolvimento agrícola e de criação das escolas rurais há uma proposta de inovação que se fundamenta nas tradições, tenham elas realmente se configurado enquanto permanência ou tendo sido inventada, como propõe Hobsbawm (2012).

Há um discurso, portanto, fundamentado numa reconstrução do passado paraibano, a partir da noção de um Estado atrasado pela ausência de uma proposta racional de agricultura, e que poderia ser modificado a partir da emergência de Ruy Carneiro ao poder, já que a ciência, acompanhada dos esforços políticos do Interventor Federal e do Presidente Getúlio

---

<sup>18</sup>Pimentel Gomes foi um intelectual paraibano, que em 1940 era diretor da Escola de Agronomia do Nordeste, localizada em Areia.

Vargas seria capaz de modificar a balança econômica paraibana, acompanhando o ritmo de desenvolvimento nacional que estava sendo guiada por Getúlio Vargas.

A Fazenda Simões Lopes, representou mais um espaço de desenvolvimento científico destinado ao setor agro-pastoril, acompanhando assim outras experiências que foram implementadas em outras instituições e lugares e que também tiveram como objetivo difundir novos conhecimentos. Podemos aqui enumerar: a Escola de Agronomia do Nordeste, a Granja São Rafael e o Colégio Vidal de Negreiros, além da criação de escolas rurais, que se empenhavam em civilizar<sup>19</sup> o homem do campo a partir do seu lugar, ou seja, de sua produção.

A Fazenda Simões Lopes, por se localizar na Capital do Estado, marcou também uma ressignificação da relação da cidade de João Pessoa, com todo o interior paraibano, que esteve até a década de 1930 muito mais vinculado economicamente com a cidade e o porto de Recife.

Para além do discurso, uma série de interesses políticos, sociais e econômicos, moveram os políticos vinculados com as oligarquias paraibanas, que se intercalaram no poder público. Contudo, estenderam por mais de cinco anos a promessa de criação da Escola Rural da Fazenda Simões Lopes. A negociação que envolveu a transferência da propriedade para o Governo do Estado parece ter somente se efetivado em virtude da enorme influência e poder político de Getúlio Vargas.

## Referências

BURITY, Luiz Mário Dantas. As formações humanísticas e profissionais no Estado Novo: a experiência paraibana no Governo de Ruy Carneiro. In: **XV Encontro Estadual de História – Paraíba – História e Sociedade: Saberes em diálogo**. Cajazeiras, PB: Universitária - UFPB, 2012.

BURITY, Luiz Mário Dantas; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Escolas rurais e profissionais para a juventude campestre na Interventoria de Ruy Carneiro: Paraíba (1940-1945). In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil: História da educação brasileira: experiências e peculiaridades**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 2012.p. 2207-2227.

---

<sup>19</sup> Compreendendo “civilizar” como uma aproximação do indivíduo da “civilização”, conceito esse que envolve o desenvolvimento econômico, ou seja, “civilizar” seria preparar o homem para viver numa sociedade mais desenvolvida economicamente (BURITY, 2012, p.4).

CITTADINO, Monique; SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: Aspectos iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro. In: CITTADINO, Monique e GONÇAVES, Regina Célia.(org.). **Historiografia em diversidade: ensaios de história e ensino de história**. Campina Grande, PB: Universitária/UFCG, 2008. p. 121-141.

COSTA, Sizenando. **A Escola Rural**. Rio de Janeiro, DF: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

KYOTOKU, Virginia Regis de Barros Correia. A (Re)-imigração japonesa no Brasil: Rastros na Paraíba (1938-1958). In: **IV Congresso Internacional de História**. Anais Eletrônicos, 2009, p. 909-998.

PARAÍBA, Governo da. **A Administração paraibana em 1941**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1942.

\_\_\_\_\_. **Atividades do Govêrno da Paraíba em 1942**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1943.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 13 de Maio de 1938.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 7 de Outubro de 1938.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 12 de Março de 1939.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 21 de Abril de 1940.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 5 de Julho de 1941.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 6 de Julho de 1941.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 11 de Julho de 1941.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 19 de Setembro de 1941.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 28 de Outubro de 1941.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 20 de Fevereiro de 1943.

\_\_\_\_\_. **Jornal A União**. João Pessoa, 3 de Outubro de 1943.

PARAÍBA, Governo da. **Serviços e Realizações em 1943**. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1944.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das escolas isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade de São Francisco, 2002.(Coleção educação contemporânea).



PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Charliton José dos Santos (orgs). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção memória da educação).

GOMES, Pimentel. “Ensino Agrícola”. In: PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 2 de Julho de 1940.